

Exposição de Paulo Neves

Começo por muito agradecer a vossa generosa presença, numerosa e curiosa.

É gratificante testemunhar como as obras de Paulo Neves têm o condão de atrair um conjunto tão eclético de pessoas com enquadramentos profissionais, sociais e culturais tão diversos.

Sim, esta é, sem dúvida, uma exposição de importância única para o Tribunal da Relação do Porto.

Na verdade, a mostra “Justus” de Paulo Neves ficará indelevelmente ligada à história deste Tribunal por um conjunto de razões que decorrem da própria dinâmica imprimida ao Palácio da Justiça.

Assim, esta é a primeira exposição que se realiza no 3º Piso do Palácio.

Com a mudança do espaço expositivo, alcançaram-se dois objetivos fulcrais: por um lado, restituir a dignidade aos Passos Perdidos na antecâmara deste magnífico Salão Nobre, naquela que é a nossa Sala de Visitas que se quer ampla, aberta, valorizando os Painéis nele existentes; por outro, através da construção de uma nova estrutura expositiva, dotar as exposições futuras de uma maior mobilidade, possibilitando aos Artistas total flexibilidade criativa na apresentação das obras de pintura, escultura, fotografia ou cinema, oferecendo um espaço versátil e facilmente adaptável.

Por isso, hoje temos uma cerimónia que decorre em dois espaços. Neste local, num contexto simbólico, mais formal, e depois, a partir de um novo momento musical, no piso da exposição, dois andares abaixo, podendo todos informalmente conversar com o escultor e com aqueles que ajudaram ao desenho desta exposição.

Finalmente, a deslocação futura do nosso Museu para novas instalações permitirá, a prazo, que as atividades culturais da Relação do Porto se concentrem num único Piso, o 3º, doravante o Piso Cultural onde se concretiza o nosso pilar estratégico “Uma Relação com as Artes”.

Estamos a esboçar um novo Museu com um conceito forte, moderno, apelativo, na expectativa que o mesmo possa constituir uma referência nacional e internacional na área museológica do judiciário.

Fiquem atentos e não deixem de acompanhar o que muito que está para acontecer.

*

Mas, para além desta componente histórica relativa à vida quotidiana deste edifício, a exposição “Justus” tem uma outra dimensão, conceptual, temática, preciosa e irrepetível para aqueles que trabalham no sistema judicial.

Na verdade, graças à generosidade de espírito e à criatividade singular do Paulo Neves, a mesma versa um tema muito nosso, relativo ao mundo dos tribunais. Sintomaticamente denominada “Justus”, temos uma apresentação que expressa o objetivo de todos os que aqui trabalham, a missão última que, afinal, define o nosso múnus – a prossecução de um ideal de justiça, vivida no concreto de cada caso, de cada pessoa.

Porém, a ressonância histórica convocada pelo presente evento decorre, sobretudo, da excelência artística das esculturas exibidas.

Desfrutar do ensejo de exhibir estas obras, absolutamente inéditas, criadas especificamente para esta exposição, para este espaço, é um acontecimento único que, sejamos sinceros, orgulha a Relação do Porto.

Cumpr, pois, agradecer a todos os que tornaram possível este momento essencial. Ao Carlos Magno, ao António Moutinho-Cardoso, o proprietário da árvore agora “ressuscitada” graças às esculturas, ao Adélio Gomes, ao Artur Varum mas também a outros valiosos colaboradores que ajudaram a transfigurar uma ideia generosa numa realidade concreta, vivida. Neste sentido, queria simbolicamente nomear

o Sr. Fernando Leite, nosso funcionário, que, num fim de semana, em pleno período de férias, se disponibilizou a estar no Palácio, ajudando à instalação das esculturas.

Mas, como é evidente, o Obrigado maior, o mais sentido agradecimento, vai, sempre, para o Paulo Neves e, já agora, se me permitem, também para o seu irmão Pedro, a quem fraternalmente saúdo.

Meu Caro Paulo Neves

Excelentíssimos Convidados

Silêncio. Verdade. Terra. Absoluto. Grécia, aquela do belíssimo poema do Ruy Belo que uma pessoa especial me deu a conhecer. Justiça.

Com estas palavras – poderosas, plenas – procurei simbolizar a força primordial que emana desta exposição.

O meu texto consta do magnífico catálogo do Nuno Leal e remeto para a sua leitura; nele procurei expressar do deslumbramento sentido por um leigo ao contemplar as dez estátuas que pontificam, a partir de hoje e até final de janeiro, no Palácio da Justiça do Porto.

Todavia, melhor será ir em busca de outras palavras, melhores, as de Ana Luísa Amaral, poeta maior do Porto, recentemente desaparecida, numa das suas fábulas do contemporâneo, “Ah como sabe bem, como é reconfortante pensar que nesta circular e comum terra há os limpos e puros!”.

É com os justos, os puros que gostamos de estar no espaço simbólico do tribunal.

Fernando Pessoa dizia que os deuses, afinal, são apenas o fruto do ingénuo espanto humano ante a assombrosa realidade das coisas.

Por isso, deixo-vos com um convite: detenham-se, devagar, em cada uma das estátuas que, em silêncio, nos interpelam.

E nelas aconcheguem o espanto.

José Igreja Matos